

ISSN 1981-1381

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NA COOESPERANÇA, SANTA MARIA, RS¹

POPULAR SOLIDARY ECONOMY: AN EXPERIENCE OF INCLUSION AT COOESPERANÇA, SANTA MARIA, RS

**Zelir Terezinha Bittencourt², Kellen Gomes de Oliveira² e
Jane Cláudia Jardim Pedó³**

RESUMO

Na pesquisa, teve-se por objetivo conhecer e mapear os espaços de comercialização de dez grupos de Economia Popular Solidária (EPS), sendo seis da área urbana e quatro da área rural, no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, que integram a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA). Este estudo é relevante porque trata de um assunto que emerge da população menos favorecida, além de ser campo de atuação multiprofissional para fazer frente aos problemas oriundos das transformações no mundo do trabalho, como tentativa de reconstrução da identidade cidadã, no resgate do trabalho, dentro da lógica da solidariedade. Ao final da pesquisa, identificou-se a existência de seis espaços de comercialização, localizados em sua grande maioria no centro da cidade. Os sujeitos envolvidos são naturais de Santa Maria, a maioria é seguidor da religião católica e mora no perímetro urbano (60%). Possuem renda entre um e cinco salários-mínimos, o que denota um sinal bastante positivo, já que o pagamento é obtido com o produto de trabalho desenvolvido dentro do projeto de EPS.

Palavras-chave: trabalho, questão social.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze and map the areas for selling of ten groups of Popular Solidary Economy (PSE), being six of them in urban

¹ Trabalho de Iniciação Científica - PROBIC.

² Acadêmicas do Curso de Serviço Social - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

area and four in rural area in Santa Maria, Rio Grande do Sul. These belong to the Small Urban and Rural Farmers Cooperative (COOESPERANÇA). This study deals with a subject that emerges from the less favored population. Thos cooperative deal with various jobs to tackle the problems caused by changes in the working field in an attempt to rebuild civil identity, within the logic of solidarity. It was identified the existence of six areas of selling, mostly located downtown. The subjects involved are from Santa Maria, mostly Catholic living in the urban area (60%). Their income ranges between one and five minimum salaries. This is a positive sign since the money comes from their work within the project of PSE.

Keywords: *labor, social issues.*

INTRODUÇÃO

No Curso de Serviço Social do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, desenvolveu-se uma pesquisa voltada para a temática de Economia Popular Solidária no município de Santa Maria. Nesta pesquisa, contou-se com a participação de duas acadêmicas do quinto semestre do Curso.

Desse modo, buscou-se conhecer os trabalhos ligados ao campo da Economia Popular Solidária, considerando-se os seguintes questionamentos: o que levou os integrantes ao campo EPS? Como o EPS tornou-se agente econômico com outros valores? Onde se encontram essas experiências alternativas de trabalho?

Parte-se da ideia de que o cenário de profundas transformações, em especial na década de 90, determinou novas formas de enfrentamento às mudanças no mundo do trabalho e na questão social, já que ambos fenômenos repercutem de modo especial na profissão do assistente social. Nesse sentido, o Serviço Social é desafiado a se reorganizar para apresentar respostas qualificadas ao enfrentamento dessas novas demandas impostas à profissão. Assim, a Economia Popular Solidária se destaca como campo emergente do olhar profissional. Diante de tais preocupações, busca-se compreender esse processo a partir de experiências alternativas já em andamento na cidade de Santa Maria, RS.

A relevância do tema “Grupos de Economia Popular Solidária, em especial inseridos em espaço de comercialização”, é de fundamental importância como objeto de estudo, na medida em que vem se tornando uma demanda que emerge da população e apresenta resultados positivos na melhoria da qualidade

de vida, promovendo uma ruptura à lógica capitalista. Como limitação, nesta pesquisa, não se propôs realizar um estudo comparativo com outros espaços de comercialização de municípios vizinhos. Porém, destinou-se a pesquisar dez grupos em aproximadamente quatro espaços de comercialização de Economia Popular Solidária, a fim de conhecer a sua realidade socioeconômica.

METODOLOGIA

Com este estudo, buscou-se conhecer e mapear os espaços de comercialização de Economia Popular Solidária no município de Santa Maria, região central do Estado do Rio Grande do Sul, 5ª maior cidade do estado, com população de 243.396 (IBGE, Censo de 2000). Buscou-se entender o que levou as pessoas ao campo da Economia Popular Solidária e como se tornaram agentes econômicos com outros valores não capitalistas.

Primeiramente, contactou-se a coordenadora do Projeto Esperança, da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOPERANÇA), vinculada ao Banco da Esperança, da Mitra Diocesana de Santa Maria, a fim de investigar os espaços de comercialização de EPS existentes na cidade. A seguir, houve a necessidade de visitar os espaços para selecionar os grupos, com vistas à aplicação dos instrumentos, contemplando quatro grupos do meio rural e seis da cidade, em um total de dez grupos que comercializam produtos da rede de EPS.

A segunda etapa da pesquisa foi a construção e aplicação de instrumentos de coleta de dados pelo grupo de pesquisa a serem aplicados junto aos grupos selecionados previamente. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas, que foram gravadas e transcritas posteriormente pelas acadêmicas. Esses instrumentos foram aplicados, junto aos sujeitos entrevistados, seguindo o critério aleatório tanto para os grupos de EPS do meio rural, quanto do meio urbano, em quatro espaços de comercialização considerados como os de maior visibilidade no município de Santa Maria.

A pesquisa teve como base metodológica o método dialético e se caracterizou como quali-quantitativa, sendo que a análise de conteúdo ocorreu a partir dos seguintes procedimentos: transcrição das entrevistas como forma de organização e facilitação de seu uso posterior na etapa de análise e interpretação, além de elaboração de tabelas. A seguir, houve a realização de um estudo minucioso acerca de seu conteúdo no sentido de captar os seus significados e suas ideias principais. Na análise de conteúdo, os pesquisadores tiveram, também como tarefa, recortar os conteúdos em elementos para posterior ordenação em categorias,

em função de sua significação, constituindo-se em unidades de análise. A análise ocorreu a partir do modelo misto, isto é, as categorias que foram selecionadas no início puderam ser modificadas na medida em que surgiram elementos significativos, criando-se novas categorias ou mesmo ampliando-se as existentes.

A CATEGORIA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

No Brasil, a questão social na contraditória conjuntura atual passa pela mundialização da economia e o pelo retorno forçado do mercado autorregulado como grande desafio (WANDERLEY, 2000). A mundialização da economia tem, de fato, agravado a questão social por meio de mudanças no que se refere às relações entre o capital e o trabalho; no processo produtivo; nas formas de exclusão social; na exclusão do trabalho e na gestão do estado, que acaba imprimindo contornos novos à questão social.

As iniciativas de EPS no Brasil, ao longo dos anos 90⁴, acabam tendo largas reflexões sobre o tema Economia Popular Solidária, que se torna centro de atenção de algumas Universidades mediante pesquisas empíricas, e assim passam a ter maior visibilidade e utilizam estratégias de sobrevivência no campo popular. A multiplicação de experiências que geram trabalho e renda, de forma associativa, cooperativada e solidária, expande-se, ganha força e se torna objeto de estudo e investigação nas academias e entidades que prestam assessoria.

Diante dos rumos tomados pela sociedade brasileira, essas experiências se constituem em uma “ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e trabalho, estimuladora de alternativas de vida econômica e social” (GAIGER, 1999, p. 3). As mudanças são percebidas, de um lado, a partir das análises apresentadas pela literatura e, de outro, com a inserção na pauta política⁵ mediante a utilização de terminologias tais como: associativo, agroecológico,

⁴ Centros de Pesquisas, tais como PACS - Políticas Alternativas do Cone Sul e instituições fomentadoras de empreendimentos na lógica da economia de solidariedade, como a Cáritas Brasileira, em especial a Cáritas do Rio Grande do Sul, desenvolvem estudos sobre essa temática, durante essa época.

⁵ Destaca-se, aqui, o fato de que a Prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a mais de 10 anos, coloca em pauta política a Economia Popular Solidária (EPS) por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), com programas que assessoram esse tipo de empreendimento (período que vai entre 1994 a 2003). O governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2003) contrata a Anteag para viabilizar o mesmo tipo de assessoria e institui o Programa de Economia Popular Solidária, decreto nº 41.062 de 21 de setembro de 2001. Em nível Federal, o atual governo cria a Secretaria Nacional da Economia Solidária (desde 2004).

comunitário, articulação, redes, entre outras. Dessa forma, entende-se que essas experiências apresentam as mais variadas formas que podem ser assim destacadas:

El trabajo por cuenta propia de innumerables trabajadores independientes que producen bienes, prestan servicios o comercializan en pequeña escala. b) Las microempresas familiares, unipersonales o de dos o tres socios, que elaboran productos o comercializan en pequeña escala [...]. c) Las organizaciones económicas populares, este es, pequeños grupos o asociaciones de personas y familias que juntan y gestionan en común sus escasos recursos para desarrollar [...], actividades generadoras de ingresos o provisionadoras de bienes y servicios que satisfacen necesidades básicas de trajo, alimentación, salud, educación, vivienda, etc. [...]. (RAZETO, 1997, p. 8).

Além disso, os empreendimentos de Economia Popular Solidária apresentam algumas características a serem destacadas: primeiro, são desenvolvidos pelos setores populares, entre os mais pobres e marginalizados; segundo, são pequenos grupos, experiências associativas em que os membros se reconhecem individualmente; terceiro, são organizações com objetivos, que programam atividades, estabelecem procedimentos, tomam decisões possuem conteúdo econômico, realizando atividades (produção e consumo, combinação de atividades econômicas com sociais, educativas, solidárias, políticas e pastoral religiosa); quarto, buscam ser participativos, democráticos e autogestinários nas tomadas de decisões; quinto, conectam-se em redes para ampliar seus objetivos e buscam a colaboração de ONGS para assessoria e capacitação (RAZETO, 1997).

Com isso, tendo uma ocupação produtiva, a aceitabilidade e o reconhecimento que acabam sendo depositados em sua construção que é um processo contínuo, aumentam a sua autoconfiança e autoestima que são resultados da qualificação profissional, acompanhada de agregação de renda. A partir disso, as pessoas que compõem os empreendimentos acabam se relacionando melhor com suas famílias e com o entorno social (PEDÓ, 2003). Portanto, os projetos de EPS são espaços de formação humana, de autoestima, de capacitação política, de cidadania e de qualificação profissional quando criam oportunidades de aprendizado em ofícios diversificados, no domínio de técnicas simples e eficientes, construindo novos conhecimentos, que possibilitam mudanças de valores, compreensão da realidade e buscas de alternativas na construção de um novo projeto de sociedade.

RESULTADOS DA PESQUISA

No estudo, identificaram-se seis espaços de comercialização, sendo eles; a) Terminal de Comercialização Heitor Campos, Rua Heitor Campos, sem número, que funciona apenas aos sábados; b) Centro de Economia Popular Solidária (CEPS), Rua Serafim Valandro, nº 1016, funcionando de segunda à sexta-feira em horário comercial; c) Feirão Colonial Mensal, praça Saldanha Marinho, abre uma vez ao mês; d) Armazém da Colônia, Avenida Rio Branco, nº 639, funcionando de segunda a sábado em horário comercial; e) Cantinho do Artesanato, Rua do Acampamento nº 590, funcionando de segunda a sábado em horário comercial; f) Feiras Estaduais de Cooperativismo e Feira Nacional de EPS, funciona durante o mês de julho, no Terminal de Comercialização Heitor Campos.

Dentre os seis espaços de comercialização pesquisados, todos situam-se no eixo central da cidade de Santa Maria. Além desses espaços, existem outros que estão distribuídos nos diversos municípios que compõem a diocese. Oferecem os mais diversos tipos de produtos: agroecológicos, coloniais (hortigranjeiros, criação de animais, entre outros), padarias, confecções, serigrafias, artesanatos e agroindustriais. Além disso, todos os espaços de comercialização integram a teia da esperança, criada em janeiro de 2003, com o objetivo principal de articular os empreendimentos solidários associados ao Projeto Esperança/COOESPERANÇA. A proposta da teia da esperança pretende um melhor escoamento da produção, articulando os grupos para uma maior fortificação do ideal de luta, de resistência e de mudança na sociedade, com ênfase na solidariedade.

Na pesquisa, identificou-se que todos os sujeitos envolvidos são naturais do município de Santa Maria e a maioria obtém como renda valores entre R\$ 260,00 a R\$ 1.300,00, sendo que a grande parte deles obtém renda acima de R\$ 600,00. Isso denota um sinal bastante positivo já que a renda é obtida apenas com o produto do trabalho desenvolvido dentro do projeto de EPS. Percebe-se que, assim, esses grupos, a partir de seu próprio resultado de trabalho, obtêm uma boa qualidade de vida e, portanto, saem dos setores mais pobres e marginalizados, melhorando os seus níveis de vida, ou seja, a renda é suficiente para atender às suas necessidades humanas básicas.

Com a análise quantitativa, verificou-se, também, que todos os integrantes do grupo familiar possuem registro de nascimento, com predominância da religião católica (70%). Além disso, no conjunto desses integrantes, metade possui crianças menores de dezesseis anos que frequentam a escola e a maioria delas (70%) não trabalha. No item domicílio, a maioria (60%) mora no perímetro urbano.

Quanto ao grau de instrução do responsável pela família, resulta em um equilíbrio entre o Ensino Fundamental completo e incompleto, isto é, 50% dos entrevistados se incluem no Ensino Fundamental e 40% no Ensino Médio. A partir do grau de instrução apresentado pelos integrantes dos grupos, entende-se que este contribui com as reflexões que faziam sobre o contexto capitalista quando entrevistados, o mundo em que estão inseridos. Isso se comprova na questão que eles responderam sobre o que entendem por EPS, cujas respostas mais expressivas foram:

Dentro de um contexto econômico, de uma realidade econômica, a EPS é uma alternativa real dentro de um quadro de marginalização que a maioria da sociedade se encontra, é uma alternativa real de sobrevivência, de convivência social (TP, Grupo Urbano).

Assim, os envolvidos demonstram ter conhecimento de que estão inseridos dentro de um contexto capitalista e, portanto, são capazes de gerar trabalho com retorno econômico, porém na lógica diferenciada do modelo excludente em que vivem, construindo uma nova cultura, com valores solidários e de partilha.

Economia popular solidária, para mim, é a solidariedade entre as pessoas. Repartem-se os lucros, não ficam nas mãos de uma só pessoa. Ele é dividido entre todos. Essa é a economia solidária. Diferenciada da economia capitalista que o dinheiro fica com uma pessoa só. [...] Na economia solidária tudo é dividido: dinheiro, tarefas, obrigações, deveres (AS, Grupo Rural).

Perguntou-se, também, sobre os planos para o futuro da família inserida no programa de EPS, cujas respostas foram:

Eu acho que o objetivo é evoluir dentro do projeto. Engajar os jovens nessa luta, fazer com que ele veja que a agricultura familiar é uma alternativa de vida e que ele não precise deixá-lo para vir para cidade buscar outros recursos (LC, Grupo Rural).

Nós melhoramos muito, começamos com uma estrutura pequena e a gente vem crescendo. Queremos dar

continuidade porque, para minha mãe, além de ter uma outra renda ela se sente útil. Apesar de que, às vezes, há uma correria bem grande. Ela tem 65 anos e não fica parada. Eu acho que é uma maneira de ela estar sempre atuando, pois além de toda a parte financeira que é um auxílio bom, a produção é reconhecida, o que tu faz fica conhecido. Também tu vê isso, não só a venda, é tratar bem o cliente, ouvir críticas e também a autoestima da família melhora (RS, Grupo Urbano).

Infere-se que esse modelo minimiza o êxodo rural, em especial no que se refere à permanência do jovem no campo, já que não é necessário a sua saída para a cidade para adquirir uma melhor qualidade de vida, uma forma de sobrevivência, de expansão produtiva através do trabalho no campo.

O trabalho de EPS possibilita, em especial, a inclusão do idoso no processo de produção. Após a aposentadoria, ele tem um tempo ocioso e, ao se inclui nesse processo de EPS, contribui com o aumento da renda familiar, conforme estudos que comprovam que muitos idosos são mantenedores da família (IBGE, Censo 2000).

Assim, de acordo com o depoimento do grupo RS urbano, além de incluir a mãe idosa, esta se sente reconhecida, útil e participante do processo produtivo nas suas várias etapas. É possível afirmar que o resultado obtido a partir da EPS não consegue reverter a situação de miserabilidade, já que para isso é necessária mudança estrutural, implantação de Políticas Públicas, destacando-se uma Política de Trabalho e uma Política específica para a EPS, porém acredita-se que ela aponta caminhos novos, criativos e alternativos, minimizando os problemas mais urgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se a EPS como a união entre a economia solidária e a economia popular, considerada como um modo diferenciado de se gerar uma atividade produtiva, que vai desde a produção, passando pela distribuição e pelo consumo, como uma forma alternativa à forma produtiva convencional. Baseados em princípios de solidariedade, os empreendimentos desenvolvem atividades não restritas apenas a retornos econômicos e buscam valores utópicos como construção de uma nova sociedade mais justa, fraterna e solidária. Vão além da luta imediata pela sobrevivência, buscam construir relações novas, avançando em suas práticas

econômicas e na construção do poder alternativo, do diferenciado que altera as realidades, em um projeto alternativo de desenvolvimento e de transformação social que passa também pelo educativo, propondo uma nova cultura do trabalho.

Os grupos de EPS são espaços de comercialização, de formação humana, de autoestima, de capacitação política, de cidadania e de qualificação profissional quando criam oportunidades de aprendizado em ofícios diversificados, no domínio de técnicas simples e eficientes, construindo novos conhecimentos, que possibilitam mudanças de valores e compreensão da realidade, bem como buscas de alternativas na construção de um novo projeto de sociedade.

Dessa forma, a pesquisa desenvolvida no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, investigou a realidade desses grupos no sentido de aproximação dessas experiências que vêm apresentando resultados positivos na melhoria da qualidade de vida, em especial por meio do incremento da renda obtida pelos sujeitos envolvidos no processo. Além disso, é possível dizer que devido o grau de escolaridade apresentado, acaba contribuindo na qualidade de articulação entre os diversos grupos de EPS, ao garantir uma maior autonomia entre eles.

O projeto desenvolvido foi de fundamental importância, em especial por aproximar os alunos da realidade pesquisada, no sentido de conhecimento acerca do campo da Economia Popular Solidária, entendendo o seu sentido alternativo dentro de um contexto de trabalho que exclui grandes segmentos da população. Isso configura-se em nas grandes questões sociais e, portanto, em demandas que devem ser contempladas pelo Curso de Serviço Social. A partir desta pesquisa, possibilitou-se um novo entendimento sobre as EPS como ferramentas possíveis para minimizar os efeitos de exclusão social, pois pode gerar novas soluções ou alternativas para o enfrentamento de problemas sociais.

REFERÊNCIAS

GAIGER, Luiz; BESSON, Marinês et al. **A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas**. Cadernos CEDOPE, série Movimentos Sociais e Cultura. São Leopoldo: UNISINOS, ano 10, nº15, 1999, 80p.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Censo, 2000.

PEDÓ, Jane. **Economia popular solidária: rumos de uma alternativa às transformações do mundo do trabalho e da questão social**. 2003, 112p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade da PUCRS, Porto Alegre, 2003.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997, p. 240.

WANDERLEY, Mariângela et al. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000, p. 72.